

INFORMAÇÕES MUNICIPAIS PARA ELABORAÇÃO DOS PLANOS  
LOCAIS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Setembro 2010

## **Indicadores selecionados para subsidiar a elaboração dos PLHIS**

Os indicadores aqui disponibilizados foram selecionados com o propósito de reunir informações úteis para a elaboração de diagnósticos municipais, item essencial na elaboração dos Planos Locais de Habitação de Interesse Social.

As informações abrangem quatro temas afeitos ao setor habitacional organizados em cinco arquivos de dados. O primeiro contém dados demográficos municipais com estimativas e projeções de domicílios e de população, taxas de crescimento populacional e grau de urbanização.

O segundo tema diz respeito às carências habitacionais dos municípios paulistas. A base de dados de referência é o Censo 2000 e o conteúdo diz respeito ao número de domicílios por situação urbana e rural, condição de ocupação, condição de ocupação do terreno, localização em favelas, cortiços e moradias improvisadas. Estão disponíveis também características que permitem identificar a proporção, nas áreas urbanas dos municípios paulistas, de situações de inadequação habitacional, como residências com espaço insuficiente, com infraestrutura insuficiente, com abastecimento de água inadequado, com esgoto inadequado, com energia elétrica inadequada, com coleta de lixo inadequado e o a proporção de domicílios sem banheiro. Ainda neste item há dados sobre famílias por faixas de renda familiar total e renda familiar per capita, em salários mínimos.

O terceiro tema contém indicadores de vulnerabilidade sociodemográfica, a porcentagem de famílias com renda familiar per capita superior a 3 salários mínimos e inferior a meio salário mínimo e a classificação da população nos grupos do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. A fonte de dados é o Censo 2000.

O último tema contém indicadores sintéticos desenvolvidos na Fundação Seade, como o Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS e o Índice de Futuridade. Há também a classificação do município segundo a tipologia sociodemográfica e de necessidades habitacionais e a tipologia do PIB municipal 2006 como referência. Esses indicadores são o resultado do estudo desenvolvido no âmbito do contrato entre o Seade e a CDHU de prestação de serviços envolvendo a produção de insumos para elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado de São Paulo – PEHIS. Estão também disponíveis o valor do PIB municipal e a informação sobre a existência de presídios no em cada localidade.

A Pesquisa Municipal Unificada – PMU sobre habitação é outra fonte de informações a ser utilizada. Realizada pela Fundação Seade entre abril e julho de 2010 junto às prefeituras, a pesquisa captou dados sobre gestão municipal; recursos administrativos e institucionais, instrumentos vigentes de política urbana; mecanismos de organização da demanda e condições habitacionais dos municípios paulistas. Neste cd\_room as informações estão organizadas em duas planilhas, uma com dados sobre a atuação municipal e outra com informações dos instrumentos de política urbana.

## **Informações demográficas**

As projeções populacionais são essenciais para orientação de políticas públicas e tornam-se instrumentos valiosos para todas as esferas de planejamento, tanto na administração pública quanto na privada.

### **• Domicílios Ocupados**

**Definição:** na projeção dos domicílios particulares permanentes ocupados foram utilizadas informações censitárias sobre as “pessoas responsáveis pelos domicílios” e a elaboração de taxas específicas que relacionam essas pessoas com a população correspondente da mesma faixa etária. Tais taxas foram calculadas por grupos quinquenais de idade, a partir de 15 a 19 anos até 70 anos e mais, e representam as pessoas de determinada faixa etária que são responsáveis por domicílio particular, para determinada região, segundo a definição do Censo Demográfico de 2000.

Esse método também conhecido como método das “taxas de chefia” é consagrado internacionalmente por suas vantagens e exeqüibilidade. A demanda por novos domicílios é efetivamente influenciada pela evolução da população adulta e os efeitos das mudanças e descontinuidades demográficas ocorridas no passado permanecem preservados. Dessa forma, as hipóteses de expansão do número de domicílios estão relacionadas com as hipóteses de crescimento esperadas para a população adulta, em cada município paulista.

Ano de referência: 2011 a 2023

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

### **• População Total**

**Definição:** é o resultado de projeções elaboradas pelo método dos componentes demográficos. Este método considera as tendências de fecundidade, mortalidade e migração, a partir das estatísticas vitais processadas na Fundação Seade, e a formulação de hipóteses de comportamento futuro para estes componentes. As populações projetadas referem-se a 1º de julho de cada ano. Para mais informações consultar página <<http://www.seade.gov.br/produtos/projpop/>>

Ano de referência: 2011 a 2023

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **População, por Faixa Etária**

**Definição:** corresponde ao número de pessoas, em determinado segmento etário, residente no município em 1º de julho de 2009.

Ano de referência: 2009.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Densidade Demográfica**

**Definição:** corresponde ao número de habitantes residentes em uma unidade geográfica em determinado momento, em relação à área dessa mesma unidade.

Ano de referência: 2000-2009.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Grau de Urbanização**

**Definição:** corresponde ao percentual da população urbana em relação à população total do município.

Ano de referência: 2009.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População**

**Definição:** expressa em termos percentuais o crescimento médio da população em um determinado período. Geralmente, considera-se que a população experimenta um crescimento exponencial também denominado geométrico.

Ano de referência: 1991/2000, 2000/2009 e 2000/2020.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

## ***Informações de carências habitacionais***

A única fonte de dados que permite a desagregação de informações sobre carência habitacional a nível municipal é o Censo demográfico. No entanto, por não se constituir em investigação específica sobre as condições de moradia não é possível reproduzir integralmente os procedimentos para o cálculo das necessidades habitacionais utilizados no Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS com base na Pesquisa de Condições de Vida. Por essa razão os indicadores de carências habitacionais disponibilizados neste cd\_room identificam as situações de inadequação habitacional possíveis. A seguir descrevem-se os indicadores, sua definição, o ano de referência e fonte de dados.

### **• Domicílio, por Situação Urbana e Rural**

**Definição:** domicílio é o local construído para servir exclusivamente a habitação e tem a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas. Consideraram-se domicílios urbanos os localizados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes a cidade (sedes municipais), a vila (sedes distritais) ou a áreas urbanas isoladas; classificaram-se como domicílios rurais os situados fora do perímetro urbano, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

### **• Espécie de Domicílio Urbano**

**Definição:** os domicílios particulares urbanos são classificados quanto à espécie de ocupação em particulares permanentes, particulares improvisados e em coletivos. Considera-se domicílio particular permanente a moradia construída para se destinar exclusivamente a habitação e que, na data de referência, tinha esta utilização. Considera-se domicílio particular improvisado a moradia que não foi construída para fim residencial (loja, fábrica, etc.), que não possui dependências destinadas exclusivamente à moradia, mas que na data de referência era ocupada por morador. Os prédios em construção, embarcações, carroças, vagões de trem, tendas, barracas, grutas, etc. que serviam de moradia na data de referência também foram considerados domicílios improvisados. Os domicílios são classificados como moradia coletiva quando a relação entre os moradores é restrita a normas de subordinação administrativa, como hotéis, pensões, conventos, hospitais e clínicas (com internação), alojamento de trabalhadores, motéis, camping, etc.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílio Particular Permanente por Condição de Ocupação**

**Definição:** o domicílio particular permanente urbano é definido como próprio, quando algum morador é o seu proprietário; alugado, quando o aluguel é pago por um ou mais moradores ou quando o empregador – de qualquer um dos moradores – paga parte do aluguel como salário; cedido pelo empregador, quando é cedido pelo empregador de qualquer um dos moradores, ainda que mediante uma taxa de ocupação ou conservação (condomínio, gás, etc.); cedido por outra pessoa, quando é cedido por indivíduo ou por instituição que não o empregador de um dos moradores; em outra condição, quando o domicílio é ocupado de forma diferente das anteriormente relacionadas.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios por Condição de Ocupação do Terreno**

**Definição:** o terreno do domicílio particular permanente é próprio quando de propriedade de algum dos moradores; cedido, quando o terreno em que se localiza o domicílio é cedido a pelo menos um dos moradores. Enquadra-se em outra condição quando o terreno em que se localiza o domicílio apresenta condição não contemplada nos itens anteriores, inclusive no caso de terreno invadido.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Taxa Geométrica de Crescimento dos Domicílios Urbanos**

**Definição:** corresponde, em termos percentuais, ao crescimento do número de domicílios localizados em área urbana no período de 1991 a 2000.

Ano de referência: 1991-2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Taxa Geométrica de Crescimento dos Domicílios Rurais**

**Definição:** corresponde, em termos percentuais, ao crescimento do número de domicílios localizados em área rural no período de 1991 a 2000.

Ano de referência: 1991\_2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios em Favelas**

**Definição:** refere-se ao percentual de domicílios localizados em aglomerados subnormais em relação ao total de domicílios particulares urbanos do município. Por aglomerado subnormal entende-se o conjunto constituído por um número mínimo de 51 domicílios, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular).

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios em Cortiços**

**Definição:** corresponde ao percentual de domicílios particulares permanentes urbanos localizados em um ou mais cômodos de uma casa de cômodos, cortiço, cabeça-de-porco, etc. em relação ao total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Improvisados**

**Definição:** refere-se ao percentual de domicílios não construídos para fins residenciais no total e domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Espaço Insuficiente**

**Definição:** indica o percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com até quatro cômodos, sendo que um deles é um banheiro ou sanitário, no total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Infraestrutura Interna Insuficiente**

**Definição:** corresponde ao percentual de domicílios particulares permanentes urbanos que não dispõem de pelo menos uma ligação às redes públicas de abastecimento (água e energia elétrica) e de coleta (lixo e esgoto), sendo a fossa séptica a única exceção aceita no lugar do esgoto, no total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.



- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Abastecimento de Água Inadequado**

**Definição:** refere-se à parcela de domicílios particulares permanentes urbanos que não estão ligados à rede geral de abastecimento de água no total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Esgoto Inadequado**

**Definição:** corresponde ao percentual de domicílios particulares permanentes urbanos que não estão ligados à rede geral de esgotamento sanitário no total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Energia Elétrica Inadequada.**

**Definição:** corresponde ao percentual de domicílios particulares permanentes urbanos que não estão ligados à rede de distribuição de energia elétrica no total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos com Coleta de Lixo Inadequada**

**Definição:** indica o percentual de domicílios particulares permanentes urbanos cujo lixo não é coletado por caçamba ou pelo serviço de limpeza pública no total de domicílios particulares urbanos do município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Domicílios Particulares Permanentes Urbanos sem Banheiro**

**Definição:** corresponde ao percentual de domicílios particulares permanentes urbanos sem banheiro no total de domicílios particulares permanentes urbanos

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

## ***Indicadores de vulnerabilidade sociodemográfica***

- **Famílias sem Rendimentos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes sem rendimentos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total Menor que 1 Salário Mínimo**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor menor que 1 salário mínimo.

Ano de referência: 2000,

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total de 1 até 2 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes urbanos cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor entre 1 e 2 salários mínimos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total Maior que 2 até 3 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes urbanos cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor superior a 2 e de até 3 salários mínimos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total Maior que 3 até 5 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor superior a 3 e de até 5 salários mínimos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total Maior que 5 até 7 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor superior a 5 e de até 7 salários mínimos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total Maior que 7 até 10 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor superior a 7 e de até 10 salários mínimos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar Total Maior que 10 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao número de famílias residentes em domicílios particulares permanentes cuja soma da renda total dos componentes da família corresponde a um valor superior a dez salários mínimos.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar per Capita até Meio Salário Mínimo**

**Descrição:** refere-se ao percentual de famílias com renda per capita de até meio do salário mínimo no total de famílias residentes no município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Famílias com Renda Familiar per Capita Maior que 3 Salários Mínimos**

**Descrição:** refere-se ao percentual de famílias com renda per capita maior que 3 salários mínimos no total de famílias residentes no município.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Porcentagem de População por Grupo do IPVS**

**Descrição:** corresponde ao percentual de população classificada nos grupos no Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPVS em relação à população total do município. O IPVS é um importante instrumento para subsidiar a definição de prioridades e estratégias para a ação pública, visando o combate à pobreza. Os seis grupos ou tipos de áreas que constituem o IPVS são apresentados a seguir. Para mais informações, consultar: <[http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index\\_ipvs.htm](http://www.al.sp.gov.br/web/ipvs/index_ipvs.htm) >.

*Grupo 1 – Nenhuma Vulnerabilidade:* engloba os setores censitários em melhor situação socioeconômica (muito alta), com os responsáveis pelo domicílio possuindo os mais elevados níveis de renda e escolaridade. Apesar de o estágio das famílias no ciclo de vida não ser um definidor do grupo, seus responsáveis tendem a ser mais velhos, com menor presença de crianças pequenas e de moradores nos domicílios, quando comparados com o conjunto do Estado de São Paulo.

*Grupo 2 – Vulnerabilidade Muito Baixa:* abrange os setores censitários que se classificam em segundo lugar, no Estado, em termos da dimensão socioeconômica (média ou alta). Nessas áreas concentram-se, em média, as famílias mais velhas.

*Grupo 3 – Vulnerabilidade Baixa:* formado pelos setores censitários que se classificam nos níveis altos ou médios da dimensão socioeconômica e seu perfil demográfico caracteriza-se pela predominância de famílias jovens.

*Grupo 4 – Vulnerabilidade Média:* composto pelos setores que apresentam níveis médios na dimensão socioeconômica, estando em quarto lugar na escala em termos de renda e escolaridade do responsável pelo domicílio. Nesses setores concentram-se famílias jovens, isto é, com forte presença de chefes jovens (com menos de 30 anos) e de crianças pequenas.

*Grupo 5 – Vulnerabilidade Alta:* engloba os setores censitários que possuem as piores condições na dimensão socioeconômica (baixa), estando entre os dois grupos em que os chefes de domicílio apresentam, em média, os níveis mais baixos de renda e escolaridade. Concentra famílias mais velhas, com menor presença de crianças pequenas.

*Grupo 6 – Vulnerabilidade Muito Alta:* o segundo dos dois piores grupos em termos da dimensão socioeconômica (baixa), com grande concentração de famílias jovens. A combinação entre chefes jovens, com baixos níveis de renda e de escolaridade e presença significativa de crianças pequenas permite inferir ser este o grupo de maior vulnerabilidade à pobreza.

Ano de referência: 2000.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

## ***Indicadores sintéticos e tipologias municipais***

Os indicadores disponibilizados neste item são resultado de trabalhos desenvolvidos na Fundação Seade com objetivo de subsidiar o planejamento de políticas públicas no Estado de São Paulo.

### **• Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS**

**Descrição:** o IPRS foi desenvolvido a partir uma demanda da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo no âmbito do Fórum São Paulo século XXI, em 2000. O indicador fornece um retrato detalhado do Estado de São Paulo em termos de desenvolvimento humano, compartilhando com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH o entendimento de que este processo complexo deve considerar, ao lado dos aspectos econômicos, as dimensões relativas à vida social e à qualidade de vida dos indivíduos. Procurou-se, assim, construir um indicador que identificasse o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões consideradas pelo IDH: renda, escolaridade e longevidade.

Para o Estado de São Paulo, no entanto, incorporaram-se três importantes inovações decorrentes das suas condições particulares:

- inclusão de variáveis capazes de caracterizar mudanças num prazo mais curto, captando, na medida do possível, os resultados dos esforços dos municípios em avançar nas três dimensões consideradas pelo indicador;
- construção de uma tipologia que permite conhecer simultaneamente o estágio de desenvolvimento de um determinado município nas três dimensões, possibilitando a imediata identificação dos seus principais problemas econômicos e sociais;
- adoção de uma estrutura de escalas compatível com a realidade dos 645 municípios do Estado de São Paulo, apresentando, assim, um quadro mais complexo e detalhado da diversidade dos municípios paulistas.

A partir desses parâmetros, compôs-se o IPRS de quatro indicadores: três indicadores sintéticos setoriais, que mensuram as condições atuais do município em termos de renda, escolaridade e longevidade – permitindo o ordenamento dos 645 municípios do Estado segundo cada uma dessas dimensões; e uma tipologia constituída de cinco grupos, denominada grupos do IPRS, que resume a situação dos municípios segundo os três eixos considerados, sem, no entanto, ordená-los. Para mais informações consultar:

<<http://www.seade.gov.br/projetos/iprs/>>

A seguir, os critérios adotados para a formação dos grupos do IPRS.

<b>Grupos</b>	<b>Categorias</b>
Grupo 1	Alta riqueza, alta longevidade e média escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e média escolaridade Alta riqueza, média longevidade e alta escolaridade
Grupo 2	Alta riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Alta riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Alta riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Alta riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 3	Baixa riqueza, alta longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e média escolaridade
Grupo 4	Baixa riqueza, baixa longevidade e média escolaridade Baixa riqueza, baixa longevidade e alta escolaridade Baixa riqueza, média longevidade e baixa escolaridade Baixa riqueza, alta longevidade e baixa escolaridade
Grupo 5	Baixa riqueza, baixa longevidade e baixa escolaridade

Ano de referência: 2000, 2002, 2004, 2006.

**Fonte:** Fundação Seade.

#### • Índice Futuridade

**Descrição:** é uma medida que informa a respeito das condições de vida da população idosa em um determinado município. O Índice Futuridade foi criado pela Fundação Seade, sob a coordenação da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – Seads, e possui a chancela da Organização das Nações Unidas – ONU/Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA.

O Índice é composto por indicadores agrupados em três dimensões: *proteção social, participação e saúde*:

- proteção social - identifica a proporção de idosos atendidos em relação à população demandante dos serviços de proteção social de baixa (Cras), média e alta complexidade (Creas).
- participação - identifica a oferta, pela prefeitura, de atividades e/ou programas de cultura, esporte e turismo realizados, para a população idosa.

- saúde - identifica se há alto índice de mortalidade precoce entre os idosos, ou seja, mortalidade entre pessoas de 60 a 69 anos.

Por fim, os municípios são classificados em quatro grupos, Alto, Médio-Alto, Médio e Baixo.

Para mais informações, consultar:

<<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/share/documents/Resumo%20indice%20Futuridade.pdf>>.

Ano de referência: 2009.

**Fonte:** Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – Seads; Fundação Seade.

### • **Tipologia sociodemográfica e de necessidades habitacionais 2006**

**Descrição:** a tipologia de municípios segundo características demográficas, socioeconômicas e de necessidades habitacionais foi desenvolvida no âmbito do contrato de prestação de serviços com a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo – CDHU, com objetivo de subsidiar a elaboração do Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Estado de São Paulo – PHEIS.

Na sua construção foram utilizadas informações municipais de diferentes fontes de dados, agrupadas em quatro dimensões distintas. A seguir estão detalhadas as variáveis selecionadas em cada dimensão considerada e as técnicas estatísticas utilizadas.

#### *Dimensão demográfica*

- Movimento pendular intermunicipal<sup>1</sup> – Censo Demográfico (2000)
- Taxa de crescimento populacional (2000 a 2020)
- Concentração da população do município no total do Estado (2006)

#### *Dimensão socioeconômica*

- Distribuição de famílias, segundo renda familiar total – Censo Demográfico (2000)
- Distribuição das pessoas, segundo IPVS, por município – Fundação Seade (2000)
- Indicador de desigualdade: razão entre a porcentagem de famílias com renda familiar per capita superior a três salários mínimos e inferior a meio salário mínimo – Censo Demográfico (2000)

---

<sup>1</sup> O indicador de movimento pendular (MP) para cada município do Estado de São Paulo é calculado como:

$$MP = (E - S) / (E + S)$$

onde: E = nº de pessoas que entram no município X para estudar e/ou trabalhar e S = nº de pessoas que saem do município X para estudar e/ou trabalhar. Esse indicador varia entre -1 e 1, e valores próximos a 1 representam concentração de entradas no município, ou seja, o município recebe muitas pessoas de outros municípios, e valores próximos a -1 indicam ocorrência de saídas do município. Deve-se ressaltar que esse indicador não avalia o volume das entradas, ou seja, ele apenas indica se a ocorrência de entradas é alta em relação ao total de movimento pendular do município (entradas mais saídas).

### *Dimensão necessidades habitacionais*

• Indicadores de inadequação habitacional construídos com dados do Censo Demográfico (2000)

- percentual de domicílios em favelas;
- percentual de domicílios em cortiços;
- percentual de domicílios improvisados;
- percentual de domicílios com espaço insuficiente;
- percentual de domicílios com infraestrutura interna insuficiente.

O comportamento demográfico a ser mensurado pelas variáveis selecionadas visa indicar a densidade e a pressão populacional sobre a demanda habitacional, mais ou menos intensa em decorrência da tendência de crescimento prevista para o período de vigência do plano habitacional. A inclusão do movimento pendular nessa dimensão contribui, por sua vez, para verificar, quais municípios paulistas se caracterizam por serem grandes demandantes de mão de obra, de um lado, ou cidades-dormitório, de outro.

Na dimensão socioeconômica, a riqueza obtida com os dados da tipologia dos municípios segundo o PIB. Os indicadores utilizados compreendem a distribuição das famílias segundo renda familiar total, que mensura o nível de renda e a sua desigualdade. Essa distribuição, embora referida a 2000, preserva as diferenças entre os municípios segundo a renda das famílias, mesmo com a melhora dos níveis de rendimento da população e a diminuição da desigualdade. Para confirmar essa preservação, utilizaram-se os dados de renda do Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS.

Na dimensão necessidades habitacionais, os municípios são caracterizados de acordo com a existência e intensidade de presença de domicílios considerados inadequados pela localização em favela ou cortiço, pela insuficiência de espaço na moradia ou pela carência de infraestrutura urbana. Dada a restrição de informações atualizadas por município, os indicadores de inadequação habitacional aproximaram-se daqueles calculados pela metodologia aplicada à base da Pesquisa de Condições de Vida – PCV, já que a base desta pesquisa não permite a estimação de necessidades habitacionais por município nem mesmo por meio de modelagem.

As técnicas estatísticas utilizadas foram as de análise fatorial, de conglomerados e discriminante. A análise fatorial foi empregada para gerar os indicadores sintéticos a partir das variáveis selecionadas. A análise de conglomerados foi aplicada para formar os grupos homogêneos de municípios segundo os indicadores gerados na análise anterior. Finalmente, foi utilizada a assim interpretados:

- **grupo 1:** municípios que possuem as menores médias em todos os fatores, ou seja, menor concentração/crescimento populacional e poucos domicílios precários. Concentram também



a população economicamente mais vulnerável no Estado. Esse grupo reúne cerca de 60% dos municípios paulistas;

- **grupo 2:** 138 municípios (21,3% do total) estão nesse grupo e apresentam médias dos fatores comportamento demográfico e população menos vulnerável pouco acima das médias do Estado. Em contrapartida, possuem média no fator de precariedade domiciliar abaixo da média do Estado;

- **grupo 3:** municípios que se destacam por apresentarem as maiores médias nos fatores comportamento demográfico e população menos vulnerável. A média do fator precariedade das moradias é um pouco inferior à média do Estado. Esse grupo reúne 27 municípios;

- **grupo 4:** municípios que, ao contrário dos classificados no grupo 3, apresentam as menores médias nos fatores comportamento populacional e população menos vulnerável, enquanto a média do fator domicílios precários é a terceira maior. Nesse grupo, encontram-se 31 municípios;

- **grupo 5:** 42 municípios pertencem a esse grupo, com a segunda maior média do fator precariedade habitacional e a terceira maior média no fator demográfico;

- **grupo 6:** municípios que se diferenciam por apresentarem as maiores médias nos fatores demográfico e precariedade da moradia. A média do fator população menos vulnerável é a segunda maior entre os grupos. Somente 21 municípios classificam-se nesse grupo.

Ano de referência: 2009.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Tipologia do PIB Municipal**

**Descrição:** a Fundação Seade desenvolveu uma tipologia dos municípios paulistas, baseada no perfil de produção de cada um deles dado pelo cálculo do PIB municipal<sup>2</sup>. A metodologia utilizada se baseia no Valor Adicionado (VA), por setor de atividade, de cada município e seus respectivos pesos nos VAs do Estado.

A importância dessa metodologia advém da necessidade de compreender o perfil produtivo dos municípios paulistas, que vá além da constatação de qual atividade econômica (primária, secundária e terciária) responde pela geração do maior Valor Adicionado (VA), ou mesmo da importância dessa atividade municipal no Estado. Isso porque, para apreender a dinâmica econômica dos 645 municípios paulistas, é fundamental entender a combinação entre essas atividades econômicas e, só a partir daí, a sua importância na economia estadual.

Assim, a Gerência de Metodologia e Estatística da Fundação Seade utilizou recursos estatísticos para, primeiramente, sistematizar as informações do peso relativo da atividade

---

<sup>2</sup> O cálculo do Produto Interno Bruto – PIB dos municípios paulistas realizado pela Fundação Seade insere-se em projeto de âmbito nacional, coordenado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, que abrange todos os municípios brasileiros. Esse cálculo baseia-se em metodologia desenvolvida com o próprio IBGE e os órgãos estaduais de estatística, entre os quais a Fundação Seade.

econômica dentro do município e no Estado e, a partir daí, encontrar padrões de similaridade entre os municípios. Por meio de análise fatorial foi possível identificar sete agrupamentos de municípios com comportamento similar, apresentados a seguir.

Número de Municípios, segundo tipologia do PIB municipal

Grupo 1	Municípios com perfil agropecuário e de relevância na atividade agropecuária estadual	62 municípios
Grupo 2	Municípios com perfil industrial e pequena relevância na economia estadual	122 municípios
Grupo 3	Municípios com perfil agropecuário e pequena relevância na atividade agropecuária estadual	133 municípios
Grupo 4	Municípios considerados multissetoriais e de relevância na economia estadual	29 municípios
Grupo 5	Municípios com atividade econômica restrita em que a administração pública é o fator determinante da economia municipal	90 municípios
Grupo 6	Municípios com perfil industrial e de relevância na economia estadual	25 municípios
Grupo 7	Municípios com economia baseada na atividade de serviços e de pequena relevância na economia estadual	184 municípios

Ano de referência: 2006.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **PIB 2006**

**Descrição:** corresponde ao valor total (em milhões de reais correntes) dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.

Ano de referência: 2006.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Fundação Seade.

- **Tipologia sociodemográfica e de necessidades habitacionais e tipologia do PIB**

**Descrição:** a análise combinada dos grupos criados a partir das tipologias do PIB municipal e a tipologia sociodemográfica e habitacional teve como resultado foi o agrupamento dos municípios em cinco tipos. A seguir descrevem-se as características predominantes.

*Tipo 1: Municípios de atenção para a política habitacional*

Os 123 municípios desse tipo correspondem à totalidade dos municípios classificados nos grupos 4, 5 e 6 da tipologia sócio-habitacional (presença de moradias precárias e ou dinâmica demográfica expressiva) e nos grupos 4 e 6 da tipologia do PIB municipal (atividade industrial relevante na economia estadual e ou de atividade econômica multissetorial). A combinação dessas duas situações corresponde a 25 municípios e os demais requerem atenção da política habitacional por seu enquadramento nesses mesmos grupos em uma ou outra tipologia.

No território paulista, esses municípios concentram-se nas três regiões metropolitanas e se estendem para o norte (direção de Ribeirão Preto) e para leste (direção Vale do Paraíba). Outros municípios classificados nesse tipo são predominantemente cidades pólo ou sedes de região administrativa ou de governo e, em geral, localizam-se em entroncamento rodoviário.

*Tipo 2: Municípios com pouca precariedade habitacional e baixa atividade econômica*

Os 113 municípios desse tipo apresentam condições de alguma precariedade habitacional e pressão demográfica dado o crescimento demográfico mais acentuado ou por serem relativamente mais populosos (grupos 2 e 3). Quanto à atividade econômica, eles se caracterizam pela presença de atividades de pouca relevância na economia estadual, sejam eles de perfil industrial (grupo 2), agropecuário (grupo 3), restrita em que a administração pública é o fator econômico determinante (grupo 5) e com economia baseada na atividade de serviços (grupo 7).

Municípios com essas características são encontrados por todo o Estado de São Paulo. Ao lado disso, apresentam proximidade com municípios de atenção para a política habitacional, pois muitos deles são a eles contíguos, em particular nos territórios próximos às áreas metropolitanas de São Paulo e Campinas.

*Tipo 3: Municípios com pouca precariedade habitacional e agropecuária relevante*

Os 24 municípios desse tipo marcam-se pela presença relevante da agropecuária para a economia estadual (grupo 1 do PIB municipal) e com precariedade habitacional de proporções reduzidas, mas com crescimento demográfico mais acentuado (grupo 2 da tipologia sócio-habitacional).

Esses municípios tendem a se localizarem próximos uns aos outros no território paulista, em particular ao norte, centro-norte e sul do Estado.

*Tipo 4: Municípios sem precariedade habitacional e agropecuária relevante*

Os 32 municípios desse tipo também apresentam agropecuária relevante para a economia paulista (grupo 1), mas crescem a baixas taxas demográficas e as condições habitacionais são satisfatórias (grupo 2). Portanto, assemelham-se aos municípios do tipo anterior pelas características da atividade econômica predominante, mas diferem na perspectiva sócio-habitacional.

Esses municípios tendem a serem contíguos no território paulista, além de se aproximarem dos municípios classificados no tipo anterior.

*Tipo 5: Municípios sem precariedade habitacional e economia sem relevância*

Os 353 municípios desse tipo são municípios de pequeno porte populacional, com baixas taxas de crescimento demográfico e sem carências habitacionais (grupo 1). Além disso, não são relevantes para a economia estadual, independentemente da atividade econômica predominante que neles se desenvolve. Dadas as características da atividade econômica, esses municípios identificam-se aos municípios definidos no tipo 2, ou seja, municípios com pouca precariedade habitacional e baixa atividade econômica. Por outro lado, deles difere em decorrência de suas características demográficas e habitacionais.

Esses municípios concentram-se, a partir do centro do Estado, em toda a porção oeste do território paulista.

Ano de referência: 2009.

**Fonte:** Fundação Seade.

## ***Informações da Pesquisa Municipal Unificada sobre Habitação***

A Pesquisa Municipal Unificada sobre Habitação realizada pela Fundação Seade investigou a situação do setor habitacional das prefeituras paulistanas. As informações foram organizadas em duas planilhas, uma com dados sobre a atuação municipal e outra com informações dos instrumentos de política urbana.

- **Existência de Áreas de Risco**

**Descrição:** considerou-se área de risco aquela onde existe a possibilidade de ocorrência de perda ou dano social e econômico, causada por uma condição ou processo geológico, de origem natural, que pode ser induzido ou potencializado por intervenções nos terrenos, executadas de maneira inadequada. Os tipos de risco captados na pesquisa foram: enchentes, desmoronamentos, erosão, contaminação do solo.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Existência de Favelas**

**Descrição:** favela é um aglomerado de domicílios construídos em área pública ou privada, que não era de propriedade dos moradores desses domicílios no momento de sua ocupação. Pode apresentar uma ou mais das seguintes características: área ocupada de forma desordenada, sendo que os lotes não obedecem a um desenho regular e os acessos ao domicílio são muitas vezes tortuosos, não permitindo às vezes a circulação de veículos em seu interior; os domicílios são construídos com os mais diversos materiais, tais como alvenaria, madeira aproveitada, placas de compensado, plástico, papelão, zinco, etc.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Existência de Cortiços**

**Descrição:** considerou-se cortiço a moradia multifamiliar, apresentando, total ou parcialmente, as seguintes características: constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano; subdividida em vários cômodos, alugados, subalugados ou cedidos a qualquer título; b) várias funções exercidas no mesmo cômodo; c) acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias; d) circulação e infraestrutura, em geral, precárias; e) superlotação de pessoas.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Existência de Unidades Habitacionais de Interesse Social Entregues**

**Descrição:** refere-se à existência de empreendimentos de interesse social com unidades habitacionais entregues no período de 2004 a 2009, construídos com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Concedeu Cartas de Crédito**

**Descrição:** corresponde ao financiamento com recursos exclusivamente municipais, destinado à aquisição de moradia nova ou usada, concedido no período de 2004 a 2009 a beneficiários individuais ou para grupos associativos.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Empreendimentos de Ação Combinada de Lotes Urbanizados e Cestas de Materiais de Construção**

**Descrição:** consideraram-se os empreendimentos concluídos que combinou a concessão de lotes urbanizados e de cestas de materiais de construção completas ou parciais, viabilizados com recursos exclusivamente municipais no período de 2004 a 2009.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Empreendimentos de Lotes Urbanizados**

**Descrição:** consideraram-se os empreendimentos de lotes urbanizados sem vinculação com fornecimento de cestas de materiais de construção, realizados no período de 2004 a 2009 com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Financiamento para Compra de Material de Construção**

**Descrição:** refere-se aos financiamentos concedidos para compra de material de construção, no período de 2004 a 2009, com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Existência de Programa de Urbanização de Favela**

**Descrição:** refere-se a execução de obras para a urbanização de favelas no período de período de 2004 a 2009, com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Existência de Programa de Erradicação de Favela**

**Descrição:** refere-se a intervenção para a erradicação de favelas no período de período de 2004 a 2009, com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Existência de Programa ou Ações de Regularização de Fundiária em Área de Favela**

**Descrição:** refere-se a ações de regularização fundiária em áreas de favelas no período de 2004 a 2009, com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Programas ou Ações de Regularização Fundiária em Loteamentos Irregulares**

**Descrição:** refere-se a ações de regularização fundiária em loteamentos irregulares no período de 2004 a 2009, com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Programas ou Ações de Intervenção em Cortiços**

**Descrição:** refere-se a intervenções em cortiços no período de período de 2004 a 2009, com recursos exclusivamente municipais.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social– FMHIS**

**Descrição:** tem por finalidade gerenciar os recursos financeiros para execução dos programas de habitação de interesse social.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Conselho Municipal Gestor do FMHIS**

**Descrição:** tem por competência estabelecer diretrizes critérios de alocação de recursos, aprovar orçamentos e planos de aplicação e metas anuais e aprovar contas.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Plano Diretor em Vigor**

**Descrição:** é o instrumento básico e estratégico da política de desenvolvimento municipal, que estabelece diretrizes para atuação dos agentes públicos e privados.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Plano Diretor Regulamentado**

**Descrição:** é o instrumento básico e estratégico da política de desenvolvimento municipal, que estabelece diretrizes para atuação dos agentes públicos e privados.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Plano Diretor com Definição de Zoneamento Especial de Interesse Social – ZEIS**

**Descrição:** o Zoneamento Especial de Interesse Social regulamenta áreas ou zonas urbanas especiais destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social, através da fixação de parâmetros específicos de ocupação do solo urbano.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Delimitação do Perímetro das Áreas de ZEIS**

**Descrição:** refere-se à delimitação de perímetro das **ZEIS** definidas no Plano Diretor.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Lei Específica sobre Zoneamento Especial de Interesse Social- ZEIS**

**Descrição:** o Zoneamento Especial de Interesse Social regulamenta áreas ou zonas urbanas especiais destinadas à produção e manutenção de habitação de interesse social, através da fixação de parâmetros específicos de ocupação do solo urbano.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.



- **Delimitação do Perímetro das Áreas de ZEIS Definidas por Lei Específica**

**Descrição:** refere-se à delimitação de perímetro das **ZEIS** definidas por Lei específica.

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Atuação Municipal em Áreas de Risco**

**Descrição:** o indicador tem por objetivo caracterizar a atuação municipal frente a situação de existência de moradias em área de risco identificada pela defesa civil ou outro órgão da prefeitura com recursos exclusivamente municipais, no período de 2004 a 2009. Foram definidas quatro categorias: *municípios com área identificada e com atuação, municípios sem área identificada e com atuação, municípios sem área identificada e com atuação e municípios sem área identificada e sem atuação.*

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Atuação em Cortiço**

**Descrição:** o indicador tem por objetivo caracterizar a atuação da prefeitura frente à existência de cortiços, com recursos exclusivamente municipais no período de 2004 a 2009. Foram definidas três categorias: *Existe e tem programa, Existe e não tem programa e Não existe e não tem programa.*

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.

- **Atuação Municipal em Favela**

**Descrição:** o indicador tem por objetivo caracterizar a atuação da prefeitura frente a existência de favela no município, com recursos exclusivamente municipais no período de 2004 a 2009. Foram definidas três categorias: *Existe e tem programa, Existe e não tem programa e Não existe e não tem programa.*

Ano de referência: 2010.

**Fonte:** Fundação Seade.



**Governador**  
Alberto Goldman

**Secretaria de Habitação**  
Lair Alberto Soares Krahenbuhl

**Chefe de Gabinete da Secretaria de Habitação**  
Eduardo Trani

**CDHU**  
Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano

**Diretor Presidente**  
Lair Alberto Soares Krahenbuhl

**Diretoria Administrativa-Financeira**  
Manuel de Jesus Gonçalves

**Diretoria de Planejamento e Fomento**  
Mario Amaral Sampaio Coelho Jr

**Diretoria de Atendimento Habitacional**  
Antonio Carlos Trevisani

**Diretoria Técnica**  
João Abukater Neto

**Diretoria de Assuntos Jurídicos e de Regularização Fundiária**  
Rosália Bardaro

**Superintendência de Planejamento Habitacional**  
Maria Claudia Pereira de Souza

**Gerência de Pesquisa Habitacional**  
Mariana de Sylos Rudge



**Secretário de Economia e Planejamento**

Francisco Vidal Luna

**SEADE**

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

**Diretora Executiva**

Felícia Reicher Madeira

**Diretor Adjunto Administrativo e Financeiro**

Marcos Martins Paulino

**Diretor Adjunto de Análise e Disseminação de Informações**

Sinésio Pires Ferreira

**Diretora Adjunta de Metodologia e Produção de Dados**

Marise Borem Pimenta Hoffmann

**Chefia de Gabinete**

Ana Celeste de Alvarenga Cruz

**Conselho de Curadores**

Francisco Vidal Luna (Presidente)

Carlos Antonio Gamero

Geraldo Biasoto Junior

Haroldo da Gama Torres

José Paulo Zeetano Chahad

Márcio Percival Alves Pinto

Michael Paul Zeitlin

Saulo Pereira Vieira

Sérgio Besserman Vianna

Tania Di Giacomo do Lago

**Conselho Fiscal**

Berenice de Oliveira

Gustavo Ogawa

Inês Paz de Oliveira